



Entidades esportivas terão mais transparência e controle

Waldemir Barreto/Agência Senado



Proposta foi incluída na medida provisória do Programa Minha Casa Melhor. Atletas e ex-atletas presentes ao Plenário foram saudados como “lobby do bem”

Dirigentes não poderão ser eleitos por mais de dois mandatos seguidos. MP 620/2013 exige também maior transparência como condição para que clubes e federações tenham acesso a verbas públicas.

Senadores enalteceram

os efeitos moralizadores das novas regras sobre o esporte nacional.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também marcou para terça-feira a votação da Proposta de Emenda à Constituição 123/2011, conhecida como PEC da Música. **11**

Atletas e ex-atletas acompanham no Senado votação das regras que podem modernizar gestão do esporte no país

Serão conhecidos hoje resultados de votação sobre vetos presidenciais 12

Cerca de 500 mil contratos de produtores rurais podem ter desconto 6

Medida prevê mudança no número de deputados de 13 estados 4



Renan Calheiros (D) instala colegiado diante de senadores e da ministra Ideli Salvatti (de vermelho)

Comissão Senado do Futuro é instalada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a Comissão Senado do Futuro, composta por dez senadores titulares e dez suplentes. O presidente é

Luiz Henrique e o relator, Cristovam Buarque, que sugeriu o colegiado inspirado em experiência do Chile. O objetivo é debater grandes temas do país. **2**

Pesquisa sobre doenças raras deve receber mais recursos 9

Relator planeja fim do estágio obrigatório para médico do SUS 10

Decisão do STF ameaça contas dos estados, diz Delcídio 7

Alexandre Tombini fala sobre política monetária 5

Gerardo Menges/Agência Senado



Magda Chambriard, da ANP, Lindbergh e Vanessa debatem denúncias de espionagem dos EUA sobre petróleo

ANP: só “espião paranormal” acessaria dados sobre o petróleo

Diretora-geral diz à CPI da Espionagem que banco de dados do órgão não está ligado à internet. **3**



**MULHER,
TOME PARTIDO.**

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Renan instala Comissão Senado do Futuro

Inspirado em experiência chilena, novo colegiado tem dez titulares e dez suplentes, com o objetivo de promover discussões sobre grandes temas e sobre o futuro do país. Luiz Henrique é o presidente

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a Comissão Senado do Futuro. Essa é a 12ª comissão permanente da Casa, composta por dez senadores titulares e dez suplentes. O presidente é Luiz Henrique (PMDB-SC) e o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF).

A comissão foi criada após sugestão de Cristovam, que se inspirou num modelo experimentado pelo Senado do

Chile. De acordo com a resolução que criou o Senado do Futuro, o objetivo da comissão é "promover discussões sobre grandes temas e sobre o futuro do país, bem como aprimorar a atuação do Senado nessa questão".

Na cerimônia de instalação da Comissão Senado do Futuro, o presidente da Casa elogiou os parlamentares escolhidos para compor o colegiado e agradeceu a presença

da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que participou da cerimônia.

— Tendo ciência da importância de nosso papel, a Comissão Senado do Futuro terá a incumbência de criar meta para que verdadeiramente possamos enfrentar os desafios que hoje nos apresentam para que tenhamos todos um futuro melhor — afirmou Renan.



Presidente da nova comissão, o senador Luiz Henrique (D) fala durante a cerimônia de instalação do colegiado

Ouvidorias do Legislativo promovem seminário hoje

As Ouvidorias do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União promovem hoje, no Auditório Nereu Ramos, o Seminário Nacional das Ouvidorias Legislativas, cujo tema é "Transparência e controle social: os desafios do Poder Legislativo". A abertura do evento deve contar com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves. Na avaliação da ouvidora-geral do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), além de permitir a troca de experiências, o seminário servirá para que ouvidores, gestores públicos, servidores e a sociedade civil reflitam sobre as formas mais eficientes de interação entre as ouvidorias públicas e a sociedade.

Entre os conferencistas, estão Eliana Calmon (ministra do STJ), José Múcio Monteiro (ministro do TCU) e Claudio Abramo (Transparência Brasil). Para se inscrever, basta acessar www.senado.leg.br/ouvidoria.

Vital do Rêgo é eleito corregedor da Casa

Vital do Rêgo (PMDB-PB) é o novo corregedor do Senado. Ele foi eleito ontem com 59 votos favoráveis e 2 contrários. O senador já esteve à frente da Corregedoria em 2011 e 2012. Com a eleição, deve ficar no cargo até o final de 2014, quando termina a atual legislatura. Os nomes dos três corregedores substitutos ainda não foram anunciados.

Entre as atribuições do corregedor, está a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no Senado. É ele quem preside o inquérito em caso de delito cometido por senador dentro das dependências da Casa.

— Quero agradecer a confiança que nossos companheiros depositam em nosso nome e renovar o compromisso de exercer, na corregedoria, o papel que me cabe à luz do Regimento Interno do Senado. Tenham todos a certeza de que serei absolutamente fiel às recomendações do nosso regimento — garantiu.

Visitação do Congresso tem novas regras

O Programa Visite o Congresso divulgou novas regras para a visita ao Palácio do Congresso Nacional, tendo em vista a necessidade de organizar melhor o fluxo de pessoas em dias de grande movimentação, como os de esforço concentrado de votações.

A partir de agora, nas terças e quartas-feiras, apenas grupos agendados serão atendidos nas duas Casas legislativas. A visita espontânea poderá ser feita nas segundas e sextas-

-feiras e nos finais de semana. Nas quintas-feiras, a Câmara estuda permitir a entrada de grupos espontâneos e o Senado atenderá somente grupos agendados.

Os visitantes podem se dirigir à entrada do Salão Branco (Chapelaria) e informar que vão participar do tour. Assim, o passeio será iniciado pela Chapelaria, por tempo indeterminado, exceto aos finais de semana, quando o Salão Negro abre as portas.

O passeio tem duração

média de uma hora e percorre os salões do Palácio do Congresso e as galerias do Senado e da Câmara. É necessário verificar as regras de vestimentas durante os dias úteis.

Devem agendar o tour grupos com mais de 15 integrantes; pessoas que precisem de guias que falem inglês, espanhol e francês ou em libras; e visitantes com dificuldades de locomoção ou com deficiência. Para agendar a visita, acesse www.congressonacional.leg.br/visite.

Vanessa celebra emenda que incentiva a mulher na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM, foto) comemorou a aprovação de emenda dela e das senadoras Ana Rita (PT-ES) e Lídice da Mata (PSB-BA) à minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), aprovada em Plenário anteontem, que possibilita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.



Para a senadora, a emenda é um avanço, já que o Brasil ocupa a "vergonhosa" 158ª posição entre 193 países no ranking da mulher na política da União Interparlamentar (IPU).

— Democracia não se completa se uma parcela importante da sociedade não tem oportunidade de ocupar um espaço que deveria ocupar — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Direito de resposta

14h O projeto de lei que regulamenta o direito de resposta está entre os itens da pauta da sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Ouvidorias legislativas

9h Renan Calheiros participa do Seminário Nacional das Ouvidorias Legislativas, na Câmara; às 15h30, recebe o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Luiz Claudio Paranhos; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CDR Cancelamento de reservas

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional promove audiência para instruir o projeto que altera a Lei Geral do Turismo para limitar a multa no caso de cancelamento de reservas de hospedagem.

CPI DA ESPIONAGEM/CAE/CRE Debate

9h Audiência pública da CPI da Espionagem com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores sobre denúncias de monitoramento de informações da Petrobras pelos EUA. Foi convidada a presidente da Petrobras, Graça Foster.

SEMINÁRIO OUVIDORIAS Legislativo

9h As Ouvidorias do Senado, da Câmara e do TCU promovem o seminário nacional Transparência e Controle Social: os desafios do Poder Legislativo, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara.

CCJ Violência contra a mulher

10h Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, projetos originários da CPI da Violência contra a Mulher, entre os quais o que insere o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

CE Gastos com educação

10h A Comissão de Educação debate o resultado de estudo do Tesouro Nacional sobre o desperdício dos gastos municipais em educação.

CAS Comissão de venda

11h Análise de projeto que determina que empresas deverão pagar ao empregado pelo menos 4% de comissão sobre as vendas efetivadas por ele.

CDH Benefício para idoso doente

14h Na pauta, projeto que veda a exigência de comparecimento de idoso enfermo a órgãos públicos, assegurando-lhe atendimento domiciliar para laudo de saúde.

SISTEMA DE SAÚDE Relatório final

14h30 Votação do relatório final da comissão que propõe soluções para o financiamento do sistema de saúde.

MAIS MÉDICOS Comissão mista

14h30 Análise de relatório da comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP do Programa Mais Médicos.

CMO Política econômica

14h30 O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de audiência sobre as perspectivas da política monetária. A audiência é em conjunto com as Comissões Mista de Orçamento, de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente do Senado e as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira da Câmara.

CMO Orçamento para 2014

18h Reunião da Comissão de Orçamento para análise do relatório final ao projeto de lei orçamentária para 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da CPI da Espionagem com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Às 11h, reunião da Comissão de Assuntos Sociais. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado também pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Só um “espião paranormal” acessa dados da ANP, afirma diretora-geral

CPI da Espionagem é informada de que acervo sobre petróleo brasileiro, em sala-cofre à prova de balas, não está conectado à internet

O BANCO DE dados sobre exploração e produção de óleo e gás natural do Brasil não está ligado à internet, então só um “espião paranormal” conseguiria roubar as informações do setor. A afirmação foi feita ontem pela diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard, na CPI da Espionagem.

— Podem ficar tranquilos, pois não é possível espionar o banco por meio da rede mundial de computadores.

Segundo ela, trata-se de um dos maiores bancos de dados do setor petrolífero no mundo e funciona na Urca, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, afastado da sede principal da ANP, que fica no Centro da cidade. Além disso, disse Magda, o banco, chamado de BDEP, está numa sala-cofre à prova de balas e protegido de incêndio e outras ameaças.

— O acervo é imenso. São dados geológicos, sísmicos, físicos, perfis de poços, testes de poços e amostras. O que tem



Magda fala ao lado de Lindbergh, Vanessa e Ferraço, presidentes das comissões que fizeram a audiência, e Inácio

hoje equivale a 60 milhões de gaveteiros cheios de informações. Ou algo igual a 20 bilhões de fotografias digitais de alta resolução — exemplificou.

De acordo com Magda, o acervo é patrimônio do país e mantido como parte do ativo petrolífero da União. São dados brutos, não interpretados.

Suspeitas

Depois das denúncias de espionagem pelos Estados Unidos, Randolfe Rodrigues

(PSOL-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR) passaram a levantar suspeitas sobre a lisura do leilão para exploração do Campo de Libra, na Bacia de Santos, marcado para 21 de outubro. Esse é um dos principais campos petrolíferos da camada pré-sal no Brasil. A maioria dos senadores da CPI endossou a preocupação e Magda pediu tranquilidade.

— A ANP promove licitação em área da União, com dados e informações públicas

e não exclusivas. Os dados estão disponíveis a todas as empresas interessadas. Não tenho dúvida da igualdade de oportunidade a todos os participantes — afirmou.

Desde 25 de junho, disse Magda, 18 empresas já solicitaram ao banco de dados da ANP informações sobre o Campo de Libra, inclusive a Petrobras.

A reunião da CPI foi feita em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE).

Requião e Randolfe dizem que depoimento não convenceu

Após a audiência, a presidente da CPI da Espionagem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que as informações repassadas pela ANP foram convincentes. Requião e Randolfe discordaram.

Requião disse estar certo da “violabilidade” do sistema da agência reguladora. Para ele, Magda abordou a questão de “forma ligeira”, subestimando a inteligência dos senadores.

Randolfe lembrou que uma das empresas que oferecem software para a ANP e para a Petrobras é a Halliburton, que pertence ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos Dick Cheney.

— Com a participação de empresas americanas, inclusive do vice-presidente, não há de ser tão paranormal assim a interferência americana e o acesso a esses dados — disse Randolfe.

Presidente da Petrobras comparece hoje à CPI da Espionagem

Os depoimentos sobre as denúncias de espionagem pelos Estados Unidos continuam hoje, com a presidente da Petrobras, Graça Foster, em reunião conjunta da CPI com a CAE e a CRE.

Amanhã, os senadores ouvirão Glenn Greenwald, jornalista responsável por divulgar dados secretos coletados pelo técnico Edward Snowden, ex-funcionário terceirizado da agência de segurança

nacional dos Estados Unidos — a National Security Agency (NSA). Greenwald revelou que a presidente Dilma Rousseff e a Petrobras foram alvos da espionagem.

As audiências desta semana,

como a de ontem, podem ser acompanhadas pela internet, no site da TV Senado (www.senado.gov.br/noticias/TV). O vice-presidente da CPI é Pedro Taques (PDT-MT) e o relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES).



A produção petrolífera no Brasil crescerá com o Campo de Libra — que irá a leilão em 21 de outubro —, uma das principais áreas de exploração da camada pré-sal

Senadores divergem sobre viagem de Dilma aos EUA

A decisão da presidente Dilma Rousseff de adiar a viagem de Estado que faria em outubro a Washington, anunciada ontem em nota oficial, gerou polêmica entre os senadores.

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a decisão

da presidente é uma ação de marketing político.

— Ela deveria ter ido para dizer lá no Salão Oval, ao presidente Obama, que nós brasileiros não aceitamos — disse Aloysio.

Jarbas lamentou que se esteja discutindo uma questão

eleitoreira a um ano da eleição.

Já Walter Pinheiro (PT-BA) refutou a ideia de que a decisão foi eleitoreira. O senador considera o cancelamento uma decisão de “maturidade” da presidente.

— Esse é um tema de conflito entre duas nações, a

privacidade do povo brasileiro foi invadida e violada, é uma decisão de nação.

De acordo com a nota, “os resultados dessa visita não devem ficar condicionados a um tema cuja solução satisfatória para o Brasil ainda não foi alcançada”.

Paim pede a regularização de senegaleses

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a legalização de mais de 500 senegaleses que atualmente se encontram no Rio Grande do Sul, para que eles possam ter direitos e garantias assegurados.

O senador disse que “direitos humanos não têm fronteira” e adiantou que já propôs reunião com autoridades do governo federal visando discutir a situação dos imigrantes. Paim propôs um “mutirão” para legalizar a permanência dos senegaleses, “assim como fizeram com os haitianos” refugiados no Acre, a fim de que possam ter direito a trabalho formal.

O parlamentar também relatou atividades em Caxias do Sul (RS) no final de semana. Ele visitou a prefeitura e a câmara de vereadores, onde lhe foi entregue moção de apoio pelo fim do voto secreto no Congresso Nacional, nos moldes de proposta de emenda à Constituição de autoria dele.

O parlamentar também relatou atividades em Caxias do Sul (RS) no final de semana. Ele visitou a prefeitura e a câmara de vereadores, onde lhe foi entregue moção de apoio pelo fim do voto secreto no Congresso Nacional, nos moldes de proposta de emenda à Constituição de autoria dele.

O parlamentar também relatou atividades em Caxias do Sul (RS) no final de semana. Ele visitou a prefeitura e a câmara de vereadores, onde lhe foi entregue moção de apoio pelo fim do voto secreto no Congresso Nacional, nos moldes de proposta de emenda à Constituição de autoria dele.

Roraima tem sido vítima de corrupção, segundo Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), lamentou ontem, em discurso no Plenário, atos de corrupção atribuídos ao atual governador de Roraima, José de Anchieta Júnior. O senador leu trechos de reportagem da revista *Veja* sobre a distribuição de centenas de títulos fraudulentos de terras.

Pela reportagem, a mansão que José de Anchieta tem, a 30 quilômetros de Boa Vista, seria exemplo típico de crime de grilagem: teria sido construída em terreno de 1,1 milhão de metros quadrados que custou só R\$ 25 mil. O recibo de compra e venda revela que a casa foi comprada por um rapaz de 19 anos que o Ministério Público acredita ser um “laranja”.

— É um absurdo, um descaramento, um deboche com a população do nosso estado — disse o senador. Mozarildo afirmou que Roraima está sendo vítima de corrupção nas mais diversas áreas, como saúde, educação e segurança.

— É um absurdo, um descaramento, um deboche com a população do nosso estado — disse o senador.

Mozarildo afirmou que Roraima está sendo vítima de corrupção nas mais diversas áreas, como saúde, educação e segurança.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto prevê mudanças no número de deputados federais de 13 estados

Oito estados perdem e cinco ganham cadeiras na Câmara, de acordo com o texto, para seguir parâmetros de atualização demográfica

ONÚMERO DE deputados federais de 13 estados poderá ser alterado na próxima legislatura (2015-2019). Com base em resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), projeto (PLS 221/2013 — Complementar) do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) muda a distribuição de vagas na Câmara. Pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a proposta tem voto favorável do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

Se o projeto for aprovado, oito estados perdem e cinco ganham cadeiras na Câmara. Quem vai perder mais vagas — duas cada um — serão Paraíba e Piauí, que ficarão, respectivamente, com dez e oito deputados. Os demais perdedores — Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro — ficarão com uma cadeira a menos.

O grande beneficiado com a mudança será o Pará, que vai conquistar mais quatro cadeiras, totalizando 21 deputados. Minas Gerais e Amazonas vão contabilizar mais duas



Projeto de Eduardo Lopes tem voto favorável do relator, Pedro Taques

vagas cada um. Por fim, Ceará e Santa Catarina vão obter mais uma cadeira e alcançar, respectivamente, o total de 23 e 17 deputados.

Estatística do IBGE

Apesar de fazer essas alterações, o projeto preserva o total de 513 deputados federais e as representações mínima (8) e máxima (70) de parlamentares por estado. As revisões no quantitativo estão amparadas

na atualização estatística demográfica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de julho de 2012.

O uso desse parâmetro motivou uma das duas emendas agregadas pelo relator. A preocupação de Taques foi determinar que os ajustes futuros na representação parlamentar na Câmara dos Deputados continuem se baseando nesse levantamento,

que deve ser publicado no *Diário Oficial da União* pelo IBGE até 1º de julho do ano anterior à eleição.

— Isso para evitar insegurança jurídica a respeito de quais dados deverão ser utilizados caso o IBGE divulgue suas estatísticas no final do ano, em momento posterior aos cálculos feitos pelo TSE — assinalou Taques.

Atualmente, a Lei Complementar 78/1993 disciplina a representação de cada estado e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados. A nova norma oriunda da aprovação do PLS 221/2013 — Complementar vai substituí-la, medida que vem em boa hora, na avaliação de Taques, para corrigir eventuais dúvidas a respeito da interpretação e aplicação da regra em vigor.

— A lei complementar [Lei 78/1993] foi promulgada há quase 20 anos e deve ser revista para que exista a adequação da distribuição das cadeiras de deputado federal conforme a modificação da população brasileira — argumentou o relator.

Multa por “racha” pode ser ampliada em 10 vezes

Quem participar de “racha”, der arrancadas bruscas, fizer manobras perigosas ou ultrapassagens arriscadas poderá enfrentar punições mais severas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá aprovar hoje substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) a projeto de lei da Câmara (PLC 26/2013) que aumenta em até dez vezes a multa para infrações desse tipo.

Hoje, o Código de Trânsito Brasileiro pune com multas que podem ser aumentadas em cinco vezes. Em caso de reincidência dentro de um ano, a multa vai dobrar de valor, segundo a proposta.

O substitutivo manteve a exigência de exame toxicológico para atestar se o motorista dirigia sob a influência de álcool ou substância psicoativa. Pela Lei Seca, o condutor pode ser avaliado pelo teste de bafômetro, exame clínico, perícia, vídeo ou prova testemunhal, ficando resguardado o direito a contraprova.

A busca de consenso levou Vital a eliminar da proposta dispositivos controversos, como o que previa pena de reclusão pela prática do “racha”.

Comissão aprova fim das “filiais de cartórios”

Tabeliães podem ser impedidos de captar clientela fora de sua competência territorial, sob risco de terem que devolver em dobro o valor recebido pelo serviço. Aplicável também a notários e oficiais de registro, a punição é prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Pelo texto (PLC 143/09), os tabeliães ficam proibidos de usar agentes, prepostos e escreventes para abrir filiais, escritórios e postos em outros municípios. Muitos notários, desrespeitando a lei, praticam atos fora do território para o qual receberam delegação, segundo Ana Rita (PT-ES), que atuou como relatora substituta de Kátia Abreu (PSD-TO).

A lei, entretanto, permite que fora da localidade do imóvel possa ser feito não o registro, mas a celebração do contrato. É possível que, por exemplo, num cartório de notas de Porto Alegre (RS) seja lavrada uma escritura pública formalizando um contrato de compra e venda relativo a imóvel situado em Boa Vista (RR). Essa escritura, no entanto, só poderá

ser registrada no cartório de imóveis localizado na capital de Roraima.

A proposta tramitava em conjunto com o PLS 501/2007, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ana Rita rejeitou o projeto levando em conta a maior abrangência da proposta da Câmara. O texto segue agora para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Projeto relatado por Vital também pune arrancada e direção perigosa

Escolha aleatória de relator recebe apoios, diz Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou antontem ter recebido amplo apoio a proposta de sua autoria que torna aleatória a escolha de relatores para projetos de lei em tramitação no Senado. O sistema de distribuição sugerido funcionaria por meio eletrônico, como é o caso nos tribunais de Justiça quando é preciso designar os magistrados responsáveis pelos processos.

Pelo Regimento Interno, cabe aos presidentes de comissões designarem os relatores.

— A ideia é acabar com monopólio na distribuição de projetos de opinião. Todos passam a ser prováveis relatores e acabamos com a fixação em três ou quatro, por mais ilustres que possam se imaginar ou realmente ser — explicou, expressando “espanto e satisfação” pelo apoio quase unânime à iniciativa.



Requião: fim do monopólio na distribuição de relatorias

Jarbas afirma ter esperança que STF rejeite embargos

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse ontem ter esperança que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), “tenha em mente que os Poderes da República não são Olimpos constitucionais, nos quais deuses arrogantes fazem o que bem entendem, sem levar em conta as expectativas da sociedade”. Ele disse que sua esperança se mantém mesmo após a manifestação do ministro a favor dos embargos infringentes. O voto de Mello, a ser lido hoje, decidirá se parte dos condenados do mensalão terá direito a novo julgamento.

— É ilusão acreditar que um julgamento emblemático como esse possa ocorrer apenas sustentado por detalhes jurídicos. Existem julgamentos e julgamentos — disse, acrescentando que uma decisão favorável “será uma vergonha nacional, uma decepção sem tamanho”.



Para Jarbas, decisão favorável seria uma “vergonha nacional”

Mário Couto lamenta possível novo julgamento

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) venha a julgar válidos os recursos impetrados pelos condenados no chamado mensalão. Após empate em 5 a 5, aguarda-se para hoje o voto de Celso de Mello. Para o senador, o Brasil vive uma crise institucional e os responsáveis seriam os políticos do PT.

Ele afirmou ainda que o Poder Legislativo sofre de falta de credibilidade, especialmente a Câmara, por não ter cassado, em votação secreta, o mandato do deputado Natan Donadon, condenado pelo STF e preso por peculato e formação de quadrilha.

— A Câmara decepcionou o país colocando na sua lista de deputados um prisioneiro — afirmou.

Ele disse ainda que não aceita mais votar secretamente.



Senador criticou também o voto secreto e o caso Donadon

Presidente do Banco Central fala ao Congresso sobre política monetária

Alexandre Tombini será ouvido por parlamentares de seis comissões do Senado e da Câmara a respeito dos objetivos do semestre

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, participa hoje, às 14h30, de audiência pública sobre as diretrizes e perspectivas da política monetária nacional.

Conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), o BC deve apresentar ao Congresso, a cada semestre, relatório com a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

A audiência será promovida em conjunto pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA) do



Pedro Franco/Agência Senado

Audiências com presidente do BC são previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal

Senado e pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

Na última audiência de que participou no Congresso, em 16 de junho, Tombini falou sobre os riscos de impacto da

alta do dólar na inflação brasileira e fez previsões sobre as atividades econômicas no país.

Votação da LDO

A Comissão Mista de Orçamento deve votar o relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias

(PLN 2/2013) para 2014 após a audiência com Tombini.

O presidente da CMO, senador Lobão Filho (PMDB-MA), suspendeu a reunião de ontem para aguardar a votação pelo Senado da PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22/2000), que torna obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares ao Orçamento até o total de 1% da receita corrente líquida do ano anterior.

— Em razão da não votação pelo Senado do orçamento impositivo, vou suspender a sessão para prosseguir-la após a audiência com o presidente do BC — disse.

(Da Agência Câmara)

Parlamentares terão R\$ 6,4 bi para emendas

Os parlamentares poderão ter R\$ 6,42 bilhões para emendas individuais de execução obrigatória ao Orçamento da União em 2014. As emendas parlamentares normalmente são dedicadas a obras e projetos municipais e estaduais.

O valor corresponde a 1% do total da receita corrente líquida estimada pelo governo para 2013. O valor total está no relatório de informações complementares à proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLN 9/2013), enviado pelo Ministério do Planejamento ao Congresso segunda-feira. Por parlamentar, o número chegaria a R\$ 11,8 milhões, a partir da divisão do total pelo número de deputados e senadores (594).

A execução obrigatória de emendas parlamentares individuais depende da aprovação

da PEC do Orçamento Impositivo (PEC 565/2006 e PEC 22/2000 no Senado). O texto prevê o atendimento às emendas parlamentares ao Orçamento até o total de 1% da receita corrente líquida do ano anterior.

A PEC foi aprovada em segundo turno na Câmara em 27 de agosto e aguarda a indicação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A votação da proposta de orçamento impositivo pelo Senado foi colocada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) como condição para que seja analisado o relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PLN 2/2013).

A PEC 565 foi aprovada na Câmara sem a ressalva de que os recursos das emendas precisariam ter uma destinação

específica. No entanto, acordo entre o governo e líderes partidários deve alterar o texto no Senado para garantir que pelo menos 40% da verba das emendas seja para a saúde.

A estimativa inicial do relator da PEC na comissão especial, deputado Édio Lopes (PMDB-RR), era de que cada parlamentar receberia R\$ 11,36 milhões para serem usados em 2014 e

o total destinado a emendas individuais chegaria a R\$ 6,75 bilhões, a partir da receita corrente líquida deste ano.

O valor por parlamentar em 2015 deverá ficar em R\$ 12,23 milhões, de um total de R\$ 7,27 bilhões para emendas individuais. A regra em vigor estipula limite de R\$ 15 milhões por parlamentar.

(Da Agência Câmara)



Lucio Berardo Jr/CO

Lobão Filho preside a CMO, que deve votar hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Senado ensina jovens a controlar gastos públicos

O Senado abriu ontem mais um espaço para interagir com os jovens. Alunos do 9º ano do ensino fundamental vieram conhecer como funciona a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), como a população pode participar do processo legislativo e ajudar no acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos.

— Eventos como esse são aulas de cidadania. É um momento de aproximação com o Congresso, onde os alunos conhecem o papel do Senado e o da Câmara — avaliou a senadora Ana Rita (PT-ES), que preside a CDH.

Ana Rita disse que a comissão está aberta para atender os pedidos das escolas, que

podem ser encaminhados para o e-mail scomcdh@senado.gov.br ou pelo telefone 3303-2005.

A iniciativa se soma a outros projetos já desenvolvidos pela Casa, como o Jovem Senador, em que o primeiro selecionado no concurso de redação em escolas estaduais representa por três dias o seu estado, em Brasília, aprendendo o que faz um parlamentar e a importância da atividade.

Por enquanto, estão programados oito encontros na CDH, sempre às terças e quintas-feiras, envolvendo um total de 240 alunos do Colégio Marista da capital federal.

Além de conhecer o funcionamento da comissão, a turma inicial de 25 alunos, acompanhada por dois professores,

foi apresentada ao Projeto Orçamento Fácil, um conteúdo multimídia de caráter pedagógico, disponível na página do Senado (www.senado.leg.br/orcamentofacil), que mostra de maneira simples e divertida como são elaboradas e executadas as principais leis orçamentárias do país.

— Nós sentimos falta de material didático e de capacitação do professor sobre o orçamento público — afirmou o professor Thiago Souza, elogiando a iniciativa do Orçamento Fácil.

Segundo Augustino Veit, assessor da CDH, os maristas possuem como missão institucional contribuir para a formação de cidadania. Os alunos começam discutindo os orçamentos doméstico e

da escola. E a visita ao Senado, complementa o assessor, possibilita iniciar os conhecimentos sobre o orçamento público.

Além de assistir 2 dos 11 vídeos do Orçamento Fácil e ouvir palestra sobre o projeto, os alunos tiveram uma ideia sobre o orçamento temático que trata das ações federais voltadas para as crianças e os adolescentes (<http://www12.senado.gov.br/orcamento/tematicocrianca>). O trabalho é desenvolvido pela Consultoria de Orçamento do Senado em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), ONG que possui projeto para conscientizar os jovens sobre a importância do controle social do orçamento público.

Projeto veda a eleitos dirigir concessionária de serviço público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar hoje, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 358/2009) que impede deputados, senadores e outros ocupantes de mandato eletivo, bem como parentes até segundo grau, de dirigir concessionárias de serviços públicos, como telefonia e energia elétrica.

O autor do projeto, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumenta que a medida é necessária para preservar a moralidade pública, a eficiência e a impessoalidade da prestação de serviços públicos.

Se aprovado na CCJ sem recurso para exame pelo Plenário do Senado, o projeto de lei poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Inácio, medida é necessária para preservar moralidade pública

Texto impede penhora de contribuições a planos de previdência

Contribuições e benefícios referentes a planos de previdência complementar devem ser impenhoráveis, conforme projeto (PLS 370/2013 — Complementar) de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na condição prevista, os valores recolhidos ao plano não responderão por dívidas da pessoa que esteja contribuindo ou usufruindo pelo que pagou para complementar os benefícios da Previdência Social.

O senador observa que os salários e as aposentadorias já são considerados impenhoráveis, conforme o Código de Processo Civil. No entanto, as aposentadorias recebidas em decorrência de previdência privada não têm qualquer proteção legal.



Pedro Franco/Agência Senado

Cássio Cunha Lima quer proteger aposentadoria de plano privado

Descontos de até 65% beneficiaram 500 mil contratos em municípios onde foi decretado estado de calamidade pública por causa da seca

Comissão mista aprova renegociação de dívidas de produtores rurais

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 618/2013 foi aprovada ontem na comissão mista criada para analisá-la, após a inclusão da renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste. O presidente do colegiado, deputado Afonso Florence (PT-BA), estima que as dívidas cheguem a R\$ 5 bilhões. Ele informou que haverá descontos para dívidas em cerca de 500 mil contratos.

A MP 618 segue agora para votação no Plenário da Câmara e, depois, pelo do Senado. Boa parte da renegociação de dívidas rurais foi vetada pela presidente Dilma Rousseff em julho. Dessa vez, houve acordo com o governo. Serão oferecidos descontos de 40% a 65% para produtores que estejam em locais que tiveram estado de calamidade pública ou situação emergencial por causa da seca entre dezembro



Relator da medida provisória na comissão mista, Valdir Raupp (D) defende facilidades para produtores em dívida ativa

de 2011 e junho de 2013.

Serão oferecidas facilidades para o pagamento de débitos dos produtores inscritos em dívida ativa. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da MP, explicou que os produtores tiveram problemas com estiagem, seca ou sinistro de safra.

— Não tiveram condições

de pagar as suas dívidas na época. Agora terão esse benefício justo, e não é um perdão total da dívida. São rebates, percentuais de acordo com cada valor, para que eles possam quitar as dívidas e voltar a produzir — disse Raupp.

A pedido do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ),

foi retirado do texto artigo que modificava lei sobre a quarentena de ocupantes de cargos públicos com acesso a informações privilegiadas (Lei 12.813/2013).

— Garantia-se remuneração para cargos de ministro e DAS 6 e 5, secretários, em cima do processo eleitoral. Pode ficar parecendo que está se garantindo remuneração para quem vai sair do governo no fim do ano e certamente existirão muitas mudanças. Melhor que esse assunto seja debatido com mais calma — disse Maia.

O texto aprovado também acaba com a necessidade de emissoras de rádio e de televisão pedirem autorização para a modificação dos quadros de diretores. Como as emissoras são concessões públicas, o Poder Executivo poderá rejeitar as mudanças assim que for comunicado.

(Da Agência Câmara)



Pernambuco é um dos estados onde a estiagem prejudicou produtores rurais que agora são beneficiados com a MP

Frigorífico deverá priorizar credor pecuarista

Entre os 26 projetos que constam da pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), está o PLS 226/2011, que dá prioridade aos pecuaristas no recebimento de dívidas existentes junto a frigorífico em processo de falência. De Acir Gurgacz (PDT-RO), a proposta já foi aprovada na Comissão de Agricultura (CRA). O relator na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou parecer favorável ao texto, que será votado em caráter terminativo.

No relatório, Jucá cita a justificativa do autor, para

quem os produtores de gado e de demais animais de corte costumam entregar as reses para abate, sob promessa de pagamento futuro. No entanto, na data do vencimento, muitas vezes o frigorífico já fechou as portas, obrigando o credor a se inscrever em “um longo e incerto processo de falência”.

Para amenizar o problema, Gurgacz propõe concessão de privilégio especial ao credor pecuarista para que possa resgatar o crédito com a venda dos produtos obtidos com o abate do gado que foi entregue, assim como já dispõe a

lei sobre o credor de sementes em relação aos frutos agrícolas produzidos.

Jucá cita também o parecer da CRA, redigido por Ana Amélia (PP-RS), segundo o qual o projeto confere àquele que produziu o direito de recuperar o fruto do trabalho, o que dificilmente acontece no sistema legal vigente quando há a falência do frigorífico.

A Lei de Falência (Lei 11.101/2005) estipula que devem ser pagos, primeiramente, os créditos trabalhistas, seguidos dos créditos com garantia real, os créditos tributários

e os créditos com privilégio especial, que agora se quer conceder aos pecuaristas.



Projeto de Gurgacz beneficia pecuarista em caso de falência

Votação de relatório sobre MP da Conab é adiada

Foi adiada para a semana que vem a análise do relatório do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) à Medida Provisória 619/2013, apresentado ontem. A reunião foi suspensa

em função do pedido de vista coletiva.

A MP 619 autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a contratar o Banco do Brasil para atuar

na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns para atividades de guarda e conservação

de produtos agropecuários. O texto também trata de prazos do penhor rural, financiamentos do Fundo de Terras e Reforma Agrária e cria o Programa Cisternas.

Casildo destaca sinais positivos da economia brasileira

O aumento na confiança dos empresários da indústria e a expectativa de elevação do produto interno bruto (PIB) em 2013 foram interpretados como “bons sinais no horizonte” por Casildo Maldaner (PMDB-SC). Para ele, o Brasil precisa aproveitar o cenário favorável para planejar o crescimento de forma “sólida e responsável”.

Ao rejeitar o que chamou de “racionamento de planejamento”, Casildo lembrou que o Índice de Confiança do Empresário Industrial, apurado pela Confederação Nacional da Indústria, aumentou pelo segundo mês consecutivo, e o Banco Central ajustou para 2,4% a previsão para o crescimento do PIB neste ano. O senador disse que espera que Estados Unidos e Europa consolidem a recuperação e chamou a atenção para a necessidade de o Brasil ampliar a infraestrutura logística e reduzir tributos.



Casildo diz ver bons sinais no horizonte da economia do Brasil

Parlamentares devem votar hoje isenção de imposto a transportes

Deve ser votado hoje, às 11h, o relatório do deputado Mário Negromonte (PP-BA) sobre a Medida Provisória 617/2013, que zera o PIS-Pasep e a Cofins sobre o transporte público. Os integrantes da comissão mista pediram tempo para analisar as alterações do relator, lidas ontem. Negromonte estendeu o benefício para o transporte aéreo e o marítimo realizado por empresa brasileira. O texto beneficia com a isenção o transporte rodoviário de passageiros entre municípios e estados.

O ponto de dúvida diz respeito ao transporte aéreo. O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), pediu a retirada desse item.

— Queremos construir, se possível ainda neste ano, o atendimento do pleito do transporte aéreo, que passa por profunda crise.

O relator adiantou que deve acatar a sugestão.

(Da Agência Câmara)

Decisões do STF contra os incentivos dados pelos estados sem a unanimidade no Confaz podem gerar insegurança e afastar investidores, segundo o relator da reforma do ICMS

Delcídio alerta para risco de caos nos estados

RELATOR DA PROPOSTA de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) advertiu ontem que o caos decorrente da guerra fiscal está se aproximando mais rapidamente do que se imaginava. O que ampliou a preocupação do senador foi a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, de manter liminar do Tribunal de Justiça de Goiás favorável ao repasse integral ao município de Córrego do Ouro da cota do ICMS.

O estado de Goiás pretendia excluir da cota os benefícios fiscais concedidos em dois de seus programas de atração de investimentos — Produzir e Fomentar —, sob a alegação de que os respectivos valores não compõem o montante arrecadado. Mas o presidente do STF afirmou que “não há notícia de que eles [os incentivos fiscais] tenham sido autorizados no âmbito do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária]”. A validade de tais incentivos, argumentou Barbosa, é objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADI). Decisão semelhante beneficiou o município de Joviânia (GO).

— Estamos diante de uma situação absolutamente



Delcídio (E) defende a aprovação do projeto que permite a convalidação de incentivos não autorizados pelo Confaz

inadministrável e com uma “espada de Dâmocles” na cabeça, que é a súmula vinculante do STF — disse Delcídio, informando que 12 governadores estavam em Brasília ontem em busca de solução.

O senador teme que as reiteradas decisões do STF considerando inconstitucionais os incentivos fiscais dados sem a unanimidade dos secretários da Fazenda no Confaz levem o tribunal a editar uma súmula vinculante, que obrigaria toda a administração pública, juízes e desembargadores do país a atuar conforme seu enunciado. Essa providência, conforme Delcídio, teria impacto nas finanças estaduais e nos investimentos programados.

A solução para o problema, para Delcídio, é a aprovação de

projeto de lei complementar (PLP 238/2013) que está na Câmara dos Deputados e que abre caminho para a convalidação (atribuição de efeito legal) dos incentivos fiscais concedidos sem a unanimidade do Confaz.

— Sem a convalidação dos incentivos, como é que vão ficar esses investimentos nos estados? Perdem os investidores, os governos estaduais e, acima de tudo, a população — acrescentou.

Segundo o parlamentar, alguns investidores que aproveitaram oportunidades oferecidas pelos estados estão enfrentando ações na Justiça. Ele citou o caso da Ford, que poderá ter de pagar ao governo de São Paulo R\$ 1,3 bilhão em multas, e questionou os efeitos disso para a “tão sonhada

segurança jurídica” do Brasil no exterior.

O presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), concordou com as ponderações de Delcídio e anunciou que hoje, em horário ainda a ser definido, os integrantes da comissão deverão se encontrar com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em busca de entendimento que viabilize as votações pendentes do pacto federativo, como a reforma do ICMS, a compensação das perdas dos estados, a convalidação dos incentivos e a troca do indexador das dívidas estaduais.

Apoio

Vários senadores se manifestaram, na CAE, em apoio a Delcídio. Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a linha

estava traçada, com os projetos mencionados pelo senador do PT, mas observou que ainda faltam alguns ajustes. Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que a CAE comande um esforço para a convalidação dos incentivos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) saudou a vontade predominante na CAE de liderar uma solução para o pacto federativo, enquanto Armando Monteiro (PTB-PE) acusou o governo federal de não exercer o papel de coordenação nesse processo. Monteiro afirmou que o modelo da guerra fiscal está esgotado, uma vez que o volume de renúncia dos estados corresponde ao triplo do valor dos investimentos. Humberto Costa (PT-PE) também cobrou a participação do governo federal no debate, “sob pena de se instalar o caos”.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que a reforma do ICMS é uma questão sensível e precisa ser examinada por outras comissões da Casa, como a de Desenvolvimento Regional (CDR) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O grande problema, conforme Blairo Maggi (PR-MT), é que “ninguém quer perder” na reforma. Segundo ele, se os estados e a União não tiverem bom senso, a discussão não avançará e, daqui a dez anos, todos estarão falando do mesmo problema.

Renan convoca sessão temática sobre pacto federativo

Por sugestão de Walter Pinheiro (PT-BA), o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para 26 de setembro sessão temática sobre o pacto federativo. Será o terceiro encontro desse tipo em Plenário, depois dos debates sobre reforma política, feito em agosto, e sobre o financiamento da

saúde, que acontece amanhã. Segundo Pinheiro, o objetivo é discutir guerra fiscal e endividamento dos estados.

— Aprovamos essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, assistimos ao esfriamento do tema. Há uma crise sem precedentes nos estados e municípios

exatamente por conta da guerra fiscal — destacou, referindo-se ao projeto que trata da unificação do ICMS, que aguarda votação em Plenário.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que uma decisão tomada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro

Joaquim Barbosa, permitiu a dois municípios de Goiás receber a parcela integral do ICMS, apesar de o estado ter reduzido a alíquota do imposto. Segundo o senador, esse fato paralisa investimentos e gera insegurança jurídica.

Lindbergh Farias pediu a interferência do presidente do

Senado, Renan Calheiros, para resolver essa disputa. Renan Calheiros respondeu que o primeiro passo já foi dado com a convocação da sessão temática.

— E até lá, me comprometo a consultar os líderes para estabelecer uma data para apreciar a matéria no Plenário — declarou.

Apoio alemão para explorar terras-raras

A Alemanha ampliará a cooperação tecnológica com o governo brasileiro para permitir ao país queimar etapas e avançar no processo de exploração e de produção de insumos com elementos terras-raras (ETRs). Ao participar como convidado especial da Comissão Mista Brasil-Alemanha promovida pelo Itamaraty, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse estar convicto de que os elementos terras-raras “são a chave do futuro”. E de que o domínio científico e tecnológico é estratégico para o país agregar valor à cadeia produtiva de todos os bens da nova era industrial que dependerão dos insumos dos ETRs.

Após fazer uma breve explanação



sobre o Marco Regulatório dos ETRs e considerar “fundamental” a cooperação tecnológica com a Alemanha, Luiz Henrique ressaltou que o êxito do projeto depende da decisão política do governo brasileiro de priorizar o retorno

do Brasil à liderança da exploração e da produção de bens com ETRs. Ele admitiu que a parceria é vantajosa para ambos. Aliada à alta tecnologia alemã, o Brasil, junto ao Mercosul, poderá oferecer ao mundo um grande mercado de terras-raras.

O projeto de lei que tramitará no Congresso sobre o tema é resultado do relatório de Luiz Henrique que estabelece um marco regulatório mineral para o setor, aprovado no final de agosto.

Multa por desistência em hotéis em debate

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove debate hoje, às 9h, sobre o projeto de lei que limita a 10% a multa cobrada pelos estabelecimentos no caso de cancelamento de reservas. Ana Amélia (PP-RS), autora da proposta (PLS 43/2013), afirma ser prática habitual a retenção dos valores pagos antecipadamente pelos consumidores, baseada em cláusula penal compensatória que ela considera “exagerada”.

Pelo projeto, também deve ser limitada a 10% a multa aplicável sobre o valor pago para assegurar a reserva em razão de pedido de alteração do período de hospedagem.

A audiência foi sugerida pela relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), e deve contar com representantes do setor

de hotelaria e turismo, dirigentes de órgãos públicos e entidades não governamentais ligadas à defesa do consumidor.

Lídice já havia apresentado, em maio, um relatório contrário à matéria. Porém, decidiu pedir a retirada para a realização do debate. A senadora argumentava que, tanto no Brasil como em outros países, para garantir receitas mínimas, os hotéis costumam oferecer tarifas promocionais para reservas com maior antecedência. Essa estratégia só é possível porque os estabelecimentos possuem a segurança de que a receita mínima do estabelecimento estará garantida pela multa compensatória pactuada. Na hipótese de motivo justo, como doenças, já não se pode cobrar multas, como lembra a senadora.

Audiência pública na CAE evidenciou pouco interesse das emissoras na nova tecnologia, causado pelos altos custos da troca de equipamentos e por opção pela internet



Presidente da CCT, senador Zeze Perrella (C) coordena debate entre Monique Cruvinel, Ribeiro, Pieranti e Trindade

Rádio digital não desperta interesse, dizem debatedores

O CAMINHO DA digitalização dos rádios ainda pode ser longo no país. Em audiência pública ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), especialistas mostraram os resultados ruins dos primeiros testes feitos e o desinteresse das emissoras de rádio em participar de novos testes.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), a digitalização do rádio é imprescindível, mas antes de escolher o padrão tecnológico, é necessário promover a universalização — a ampliação da cobertura para que toda a população tenha acesso a esse meio de comunicação.

— É preciso que adotemos um padrão que nos coloque em sintonia com o que está acontecendo no mundo, sintonizar de maneira que a gente ganhe escala, consequentemente reduza preço, que a gente ganhe as condições de produção industrial no Brasil — afirmou.

Pinheiro disse ainda que o país não pode repetir o erro, cometido no debate sobre a televisão digital, de discutir

qual padrão tecnológico será adotado sem discutir quais são as necessidades do país.

Para o senador Anibal Diniz (PT-AC), autor do requerimento da audiência pública, o governo parece estar alheio à importância estratégica do rádio no país.

— Como pode a gente não ter uma política, sabendo que o governo continua sendo o grande anunciante, para identificar onde estão os veículos de comunicação e fazer uma associação no sentido de “vamos investir, mas, em contrapartida queremos que amplie a potência, queremos a digitalização, queremos que evolua tecnologicamente”? — questionou.

Testes insatisfatórios

De acordo com o diretor do Ministério das Comunicações Octavio Penna Pieranti, os primeiros testes feitos entre 2010 e 2012 mostraram que o rádio digital teria uma cobertura menor que o rádio analógico. Pieranti explicou que não existe a intenção

de desligar o sinal analógico para ficar apenas com o digital, mas de trabalhar com os dois sinais simultaneamente. Para isso, existe um limite de potência para o rádio digital não causar interferências no sinal analógico. O ministério fez testes tanto com o sistema HD Radio — padrão utilizado nos Estados Unidos e desenvolvido pela empresa iBiquity — quanto com o DRM (Rádio Digital Mundial ou Digital Radio Mondiale, no original), padrão desenvolvido na Europa.

O Conselho Consultivo do Rádio Digital, criado em 2012, acompanha os resultados dos testes. De acordo com Pieranti, o ministério quer fazer novos testes, adotando critérios mais precisos e específicos, mas não está havendo interesse das emissoras em participar das experiências.

— Temos confiança de que esses sistemas funcionam, a questão é encontrar a melhor configuração possível para o funcionamento — afirmou Pieranti.

Alto custo dos equipamentos e opção pela internet afastam rádios

Segundo a gerente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Monique Cruvinel, os radiodifusores estão divididos. Um grupo está muito interessado na digitalização e outro não vê compensação pelos custos. Alguns usam a internet

para suprir muitos dos serviços que a digitalização ofereceria.

André Trindade, da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, disse que as emissoras não se interessam porque não podem custear a troca de transmissores necessária.

Especialista vê oportunidade de desconcentrar os meios no país

A legislação rígida sobre as rádios comunitárias foi criticada na audiência pelo representante da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), Pedro Martins, e pelos senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz.

Segundo Martins, o Brasil é um dos poucos países no mundo que criminaliza a rádio de baixa potência. Ele espera que a discussão sobre o rádio digital sirva para repensar o modelo de comunicação adotado no país, que concentra os meios.

Indústria nacional ainda aguarda definição do padrão tecnológico

O representante da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Bráulio Ribeiro, disse que a empresa acredita na digitalização do rádio no país e tem se colocado à disposição para novos testes. No entanto, entende que é preciso investir na indústria de transmissores e receptores

digitais e definir um modelo de negócios e de serviços para o rádio digital.

— A indústria está parada. A indústria não sabe se produz transmissor analógico, não sabe se produz transmissor digital para HD Rádio, para DRM, não sabe o que fazer — afirmou.

Adiada votação de propostas sobre emissoras comunitárias

A realização de reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e a CPI da Espionagem levou a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a adiar a votação de dois projetos sobre fontes de recursos para rádios comunitárias, prevista para ontem.

Um deles, o PLS 629/2011, de Paulo Paim (PT-RS), inclui a atividade entre as beneficiadas pela Lei de Incentivo à Cultura. O outro, o PLS 524/2007, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), permite que as rádios comunitárias transmitam anúncios comerciais.

Projeto disciplina criação de empresas juniores

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei que disciplina a criação e a organização de empresas juniores, associações formadas por estudantes de graduação e ligadas a instituições de ensino superior. Agora, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 437/2012, do senador José Agripino (DEM-RN),

visa estimular o espírito empreendedor dos estudantes e favorecer a aplicação prática de conhecimentos teóricos da graduação. Assim, justifica o autor, o processo de educação superior é aperfeiçoado.

Segundo o projeto, empresas juniores serão organizadas sob a forma de associação civil, integradas por estudantes voluntários para prestar serviços e realizar projetos para a sociedade. Um dos principais objetivos dos empresários

juniores é oferecer consultoria a micros e pequenas empresas que não têm condições de contratar serviços desse tipo.

As empresas juniores, segundo a proposta, não terão fins lucrativos. Por isso, o texto veda a captação de recursos financeiros para os integrantes ou para a instituição de ensino, bem como a propagação de ideologia político-partidária.

Agripino informou que, segundo a Confederação Brasileira de Empresas Juniores,

existem no Brasil 300 entidades, integradas por cerca de 27 mil estudantes. Para ele, a proposta é um marco para o empreendedorismo no Brasil.

A relatora da matéria, senadora Kátia Abreu (PSD-TO), ressaltou a necessidade de norma que discipline o assunto, para dar segurança jurídica às empresas juniores e multiplicar as iniciativas.

Médicos

Foi adiada a votação na CE do Projeto de Lei do Senado (PLS) 168/2012, que obriga médicos formados com recursos públicos a trabalhar por dois anos em municípios pequenos ou localidades carentes de grandes cidades. A proposta é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e recebeu parecer pela aprovação do senador Paulo Paim (PT-RS).

Comissão irá a Salvador discutir reconhecimento profissional da capoeira

A Comissão de Educação (CE) vai realizar diligência e audiência pública em Salvador para discutir o Projeto de Lei da Câmara



Pedro França/Agência Senado

31/2009, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que reconhece a prática da capoeira como profissão, em suas manifestações como dança, competição ou luta. Requerimento com esse objetivo, apresentado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovado ontem pela comissão. Pelo requerimento, a comissão também vai debater a proposta em audiência pública em Brasília.

Os nomes dos convidados e a data das atividades ainda serão definidos pela comissão.



Comissão de Educação, presidida por Cyro Miranda (E), aprovou regras para empresas geridas por universitários

Em lugar de um fundo próprio, desenvolvimento de remédios para doenças raras e negligenciadas passará a ter parcela fixa do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde



Eduardo Suplicy é autor da proposta relatada por Lúcia Vânia e aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos: texto pode seguir direto para a Câmara

Pesquisas de medicamentos para doenças raras devem ter mais recursos

O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO de medicamentos, imunobiológicos (vacinas), produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas poderá ter mais recursos. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 231/2012) de Eduardo Suplicy (PT-SP) que destina a essas iniciativas no mínimo 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, previsto na Lei 10.332/2001.

O projeto originou-se da constatação de desinteresse dos laboratórios farmacêuticos em gastar com pesquisas na área. Por isso, previa inicialmente a criação do Fundo Nacional de Pesquisas para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN), mas foi alterado durante a análise pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Naquela comissão, o relator, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), reconheceu que o desinteresse comercial dos laboratórios “é uma falha de mercado das mais cruéis”. No

entanto, ele concluiu que o financiamento de pesquisas não deve ser garantido pela criação de um fundo, e sim pela alteração da legislação em vigor.

Por isso, Souza sugeriu, para garantir a coerência do ordenamento jurídico que regula os investimentos em ciência e tecnologia, alterar a Lei 10.332/2001, de modo a prever a destinação a esse tipo de desenvolvimento científico de 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde. O programa recebe recursos da Cide-Tecnologia,

taxa cobrada de empresas brasileiras que licenciam tecnologia estrangeira.

Na CAE, a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), concordou com as mudanças feitas pela CCT sem propor novas alterações. O texto deverá ser submetido a turno suplementar de votação na próxima reunião da comissão, prevista para terça-feira.

Confirmada a aprovação, a matéria poderá ser encaminhada diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para deliberação pelo Plenário.

Moléstias relacionadas à pobreza recebem menos investimento, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a aprovação, pela CAE, do projeto dele (PLS 231/2012) que prevê recursos para pesquisas de medicamentos e imunobiológicos destinados a doenças raras e negligenciadas.

— Apesar dos recentes avanços científicos e tecnológicos, as doenças infecciosas continuam a afetar desproporcionalmente as populações pobres e marginalizadas — disse.

Para o senador, as empresas privadas investem mais em remédios para o mundo rico e desenvolvido, que serão vendáveis e lucrativos, e muito pouco é destinado a pesquisas relacionadas “às doenças da pobreza”, como dengue, doença de Chagas, esquistossomose, hanseníase, leishmaniose, filariose, malária, tuberculose e tracoma, entre outras.

O projeto foi aprovado, em decisão terminativa, na forma do substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO), elogiado por Suplicy. Segundo ele, o Global Forum for Health Research divulgou que menos de 10% dos gastos mundiais com pesquisa em saúde se dedicam a enfermidades que representam 90% da carga global de doenças.

Andadores infantis poderão ser proibidos no Brasil

A produção e a venda de andadores infantis poderão ser proibidas no Brasil. É o que prevê o projeto (PLS 50/2013) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto, de Paulo Davim (PV-RN), segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto amplia a Lei 11.265/2006 para aumentar a segurança de produtos voltados ao desenvolvimento infantil e proibir produção, importação e doação do andador.

Davim, que é médico, afirma que acidentes associados a

produtos desse tipo são muito comuns e podem ocasionar lesões graves e morte. Lesões no crânio, diz o senador, são a maioria, pois as crianças no andador tombam com facilidade, especialmente quando tentam ultrapassar superfícies desniveladas, como umbrais de porta ou bordas de tapetes. Davim diz que, utilizando o objeto, as crianças podem acessar mais facilmente superfícies quentes, tais como portas de forno e fogões, aumentando o risco de queimaduras.

Segundo estudos citados por Davim, Canadá e Estados Unidos já proibiram o artigo

desde a década passada. No Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria vem intensificando uma campanha para abolir o uso do produto e recomenda a total proibição dele. Além de vedar a fabricação e a venda, o projeto determina que a população seja esclarecida sobre os riscos à saúde relacionados ao uso de andador infantil, incentivando a destruição e o descarte dos equipamentos existentes.

Padrões de qualidade

O texto também define o que são produtos de puericultura — os destinados a proporcionar

segurança e a facilitar o sono, o relaxamento, a higiene, a alimentação, a locomoção e a sucção de lactentes e crianças, como carrinho de passeio, cadeira para automóvel, cadeira de alimentação, bebê-conforto, banheira, mordedor, chocalho, berço, cama infantil, cercado e grades de proteção, entre outros. E determina que eles deverão atender padrões e requisitos de qualidade e de segurança.

Além disso, obriga que os produtos de puericultura contenham instruções e orientações de uso claras, tenham os requisitos de qualidade e de segurança revisados e atualizados periodicamente e tragam avisos à população acerca de riscos à saúde relacionados ao uso deles.

O relator, Anibal Diniz (PT-AC), apresentou emenda para impedir que produtos de puericultura (além de mameiras, bicos e chupetas, já abrangidos pela norma) que eventualmente possam interferir no aleitamento materno sejam fabricados, importados, distribuídos e comercializados sem as restrições impostas pela Lei 11.265/2006.

Ângela celebra avanço na luta pelos direitos dos deficientes

A importância da luta para assegurar direitos às pessoas com deficiência foi reafirmada ontem por Ângela Portela (PT-RR). Ela comemorou o anúncio feito pelo Ministério da Educação de apoio a uma nova redação para a Meta 4 do projeto do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A meta trata da universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência.

A mudança deve permitir a manutenção dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) a instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).



A senadora apoia mudança em meta do Plano Nacional de Educação



Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor analisa novas regras para produtos de desenvolvimento infantil

Após reunião com ministros da Saúde e da Educação, relator anuncia decisão de eliminar do Mais Médicos o treinamento obrigatório de dois anos no sistema público

Estágio obrigatório no SUS pode sair de MP

O RELATOR DA comissão mista criada para analisar a Medida Provisória (MP) 621/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos, deputado Rogério Carvalho (PT-SE), vai eliminar do texto o treinamento obrigatório de dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os médicos formados no Brasil. As mudanças foram acertadas ontem em reunião com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e da Educação, Aloizio Mercadante, e líderes da base aliada. O relatório será apresentado hoje e a MP tem de ser votada no Senado e na Câmara até 8 de novembro, quando perde a validade.

A ideia é criar treinamento em atenção básica à saúde e em urgência e emergência no SUS, com duração de um a dois anos, nas próprias residências médicas, quando o médico se especializa em uma das 54 áreas da medicina.

— Queremos resgatar a prática geral do médico brasileiro — disse o deputado.



Entre a procuradora Ana Cláudia e o senador João Alberto Souza, Carvalho conduz audiência pública da comissão mista

O ministro da Saúde disse que os médicos precisam conhecer a realidade do povo.

— Queremos formar médicos que sejam especialistas em gente — afirmou Padilha.

Carvalho quer incluir na MP medidas para universalizar a residência, oferecendo vagas a todos os médicos que se formarem no país. Ele pretende propor um “teste de progresso” para alunos de Medicina.

— Serão três avaliações durante a graduação e duas avaliações ao longo da residência para atestar a evolução, o ganho de competência.

Médicos estrangeiros

Padilha disse que o governo vai continuar tomando todas as medidas ao alcance, inclusive jurídicas, para garantir que médicos estrangeiros possam atuar nos postos de saúde brasileiros

“livremente e o mais rápido possível!”

— Não vamos admitir posturas como as que vêm sendo tomadas pelos conselhos regionais de Medicina (CRMs), para retardar a chegada dos médicos estrangeiros aos municípios. Eles estão sendo aguardados pela população e pelas unidades de saúde.

O ministro lembrou que parecer da Advocacia-Geral

da União (AGU) estabelece que os CRMs têm que cumprir exatamente o que está na lei. Ele criticou a resistência a fornecer o registro provisório aos formados no exterior.

— Queremos que os conselhos atuem como fiscalizadores, mas eles não podem tentar postergar a chegada de médicos aos municípios — afirmou Padilha.

De acordo com a AGU, os conselhos regionais de Medicina também estariam intimidando os brasileiros que trabalham como tutores do Programa Mais Médicos.

— Profissionais que querem ser tutores e supervisores do programa estão recebendo ameaças — disse Padilha.

— As entidades deveriam deixar de obstruir o programa e debater democraticamente — afirmou Mercadante.

O Programa Mais Médicos já está em funcionamento porque a MP tem status de lei e vale a partir da edição.

(Da Agência Câmara)

Mais Médicos é investigado, segundo Ministério Público do Trabalho

Além da reunião com os ministros, Carvalho participou ontem de audiência pública da comissão mista. A procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho do Distrito Federal e de Tocantins, Ana Cláudia Monteiro, disse na audiência que o Ministério Público do Trabalho (MPT) está acompanhando a instalação do programa. Segundo ela, um processo administrativo já foi aberto para analisar os aspectos jurídicos de ações como a contratação de médicos cubanos para atuar na atenção básica à saúde.

Segundo Ana Cláudia, o procurador do Trabalho Sebastião Caixeta já fez duas audiências sobre o tema e solicitou diversos documentos, mas ainda não recebeu o acordo do Brasil com a Organização Pan-Americana da Saúde, que viabilizou a vinda dos médicos cubanos. O MPT deseja saber se a relação é de formação e treinamento em serviço ou se é uma relação trabalhista.

O deputado Mandetta (DEM-MS) disse que o trabalho dos cubanos será um trabalho escravo, porque eles terão que obedecer a restrições no Brasil.

Contratação de profissionais cubanos será debatida por sete comissões

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou requerimento para audiência pública com outras seis comissões, quando serão discutidos os detalhes do termo de cooperação que possibilitou a contratação de médicos cubanos. Foram convidados Padilha e Joaquín Molina, representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil.

A reunião, em data a ser definida, será com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação e Cultura (CE), de Assuntos Econômicos (CAE),

de Direitos Humanos (CDH), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Relações Exteriores (CRE).

Também foi aprovada audiência pública conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para discutir o Aviso 18/2013, relativo ao acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditoria nos órgãos de prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais. Um dos convidados para o debate na audiência é o ministro do TCU Aroldo Cedraz

Flexa destaca reforma da Santa Casa do Pará

Em discurso no Plenário ontem, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou a inauguração da nova Santa Casa de Misericórdia do Pará. A cerimônia de inauguração ocorreu na segunda-feira, em Belém.

O senador lembrou que, há cinco anos, fez um discurso em

que lamentava a situação em que se encontrava o hospital, “totalmente abandonado” e sem recursos. Ele culpou o PT, que governou o estado entre 2007 e 2010, pela situação crítica em que estava a Santa Casa. Flexa também elogiou as medidas tomadas pelo atual governador,

Simão Jatene (PSDB), em favor da saúde. Segundo disse o senador, Jatene ampliou o projeto original da reforma, incluindo mais leitos no hospital, que ocupa um prédio centenário em Belém.

— Quero parabenizar o governador e todos os paraenses,

pois a obra foi feita com recursos dos cidadãos do Pará — afirmou.

De acordo com o senador, a reforma da Santa Casa, que tem 22 mil metros quadrados, custou R\$ 170 milhões e o governo federal participou apenas com 20% dos recursos.



Flexa elogia medidas do governador do Pará na área da saúde pública

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Medida provisória aprovada ontem limita a reeleição de dirigentes de entidades esportivas e cria mecanismos de transparência na gestão de recursos financeiros



Músicos como Ivan Lins e Rênio Quintas e ex-atletas como Ana Moser, Gustavo Kuerten, Hortência, Raí e Mauro Silva compareceram ontem ao Plenário para acompanhar votações dos senadores

Senado aprova regras para entidades esportivas

ENTIDADES ESPORTIVAS QUE recebem recursos públicos não poderão eleger um mesmo dirigente por mais de dois mandatos seguidos, com duração de quatro anos cada um. A norma está prevista no projeto de lei de conversão (PLV 22/2013) oriundo da Medida Provisória 620/2013, aprovada ontem no Senado. A matéria agora segue para sanção presidencial.

O texto traz uma série de medidas moralizadoras para as entidades esportivas. Além de permitir uma única reeleição de dirigentes, a MP torna inelegíveis o cônjuge e os parentes até o segundo grau dos dirigentes que forem sucedidos. A medida prevê ainda outros requisitos, voltados a uma maior transparência de gestão, como condição para que

clubes, comitê olímpico, ligas, federações e confederações esportivas tenham acesso a verbas públicas.

Determina, por exemplo, que os resultados financeiros sejam integralmente destinados à manutenção dos objetivos sociais. Também estabelece transparência na gestão financeira, dando visibilidade a contratos com patrocinadores e de direitos de imagem.

A relatora da MP, Ana Rita (PT-ES), disse que a aprovação da medida é a demonstração do compromisso do Senado com iniciativas que impactam positivamente a vida da população. Para a senadora, o esporte é um setor estratégico para o país e as mudanças na gestão esportiva podem assegurar o controle social, a

fiscalização e a transparência de movimentações financeiras das entidades ligadas ao esporte. Ela afirmou que muitos atletas e movimentos sociais lutaram pelas mudanças.

— Eu não tenho dúvida de que essa medida será um dos mais importantes legados que podemos dar ao país — assinalou.

Vários atletas acompanharam a votação em Plenário. Hortência classificou o momento como “histórico”. Para Mauro Silva, campeão mundial de futebol em 1994, a medida vai colaborar com a modernização das entidades esportivas. O ex-jogador Raí lembrou que as manifestações populares recentes têm cobrado transparência no uso dos recursos públicos e a MP vai exatamente nessa direção.

Parlamentares ressaltam efeitos moralizadores da proposta

José Agripino (DEM-RN) disse que a presença de atletas “ícones do esporte brasileiro” no Plenário representa um “lobby positivo”. A aprovação da MP seria, segundo ele, uma homenagem à alegria que os esportistas já propiciaram ao Brasil. Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a MP é bastante positiva para o país, pois “oxigena” as entidades esportivas. Na visão de Lídice da Mata (PSB-BA), os esportes precisam conviver com o “sopro democrático” da transparência. Já Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a “quase eternização” de alguns dirigentes esportivos no país e elogiou a repercussão que a medida vai provocar no desporto nacional.

De acordo com Sérgio Souza (PMDB-PR), o texto da medida provisória conseguiu traduzir o desejo de muitos

esportistas. Waldemir Moka (PMDB-MS) considerou a proposta como “oportuna” e disse que a permanência ilimitada de dirigentes à frente de federações esportivas pode gerar “malefícios” para o esporte.

Wellington Dias (PT-PI) elogiou as mudanças propostas pelo texto e fez questão de agradecer a Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Mário Couto (PSDB-PA), autores de projetos correlatos, pelo acordo que permitiu a aprovação do texto. Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que os esportistas tiveram que passar por um “itinerário tortuoso” na busca da modernização do desporto. Ele destacou a Lei Pelé, a CPI do Futebol e o Estatuto do Torcedor como momentos importantes dessa caminhada, até chegar ao texto da MP.

Medida também destina recursos para Minha Casa Melhor

Originalmente, a Medida Provisória 620/2013 foi editada com o propósito de aportar recursos para o Programa Minha Casa Melhor, que financia eletrodomésticos

e móveis para beneficiários do Minha Casa, Minha Vida. A medida concede crédito adicional de R\$ 8 bilhões à Caixa Econômica Federal. Os recursos serão usados na

concessão de crédito de até R\$ 5 mil para compra de móveis e eletrodomésticos.

Na opinião de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o Programa Minha Casa, Minha Vida vem

realizando uma “verdadeira revolução” no Brasil. Ele elogiou o esforço da relatora, Ana Rita, ao construir o acordo que permitiu a aprovação da MP.

A medida provisória

aprovada também trata do detalhamento de tributos em nota fiscal, vale-cultura e mudanças nas regras de certificação de entidades beneficentes.

Renan anuncia votação da PEC da Música para terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para terça-feira a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 123/2011, conhecida como PEC da Música. A proposta, que isenta de impostos os CDs e DVDs com obras de artistas brasileiros, foi aprovada em primeiro turno na semana passada.

Justificando a decisão, Renan disse que a votação na terça poderá ser feita em clima de maior entendimento, pelo tempo maior para o debate de duas emendas apresentadas por senadores do Amazonas, o que dará, de acordo com a opinião dele, garantia

de aprovação tranquila da matéria.

No primeiro turno de apreciação, os senadores do Amazonas protestaram contra a aprovação, por considerarem que a isenção tributária concedida poderá provocar o deslocamento do parque produtivo de Manaus para outras regiões do país, principalmente para o eixo Rio-São Paulo, podendo gerar desemprego na capital do estado.

Durante a sessão estiveram presentes no Plenário, entre outros artistas, os cantores e compositores Fagner, Ivan Lins e Rosemary.

A PEC da Música tem o



Cantores Rosemary e Fagner (E) conversam com Alvaro (D) na sessão de ontem

objetivo de reduzir o preço dos produtos ao consumidor e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas. Livra de impostos CDs e

DVDs produzidos no Brasil “contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e (ou) obras em geral interpretadas por artis-

tas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contêm”. O benefício, no entanto, não alcança o processo de replicação industrial, que continuará a ser tributado.

Eduardo Braga (PMDB-AM) apresentou ontem emenda em Plenário para que os benefícios previstos fossem estendidos a espetáculos musicais e teatrais. Se a emenda fosse aprovada, como queriam os senadores do Amazonas, a proposta voltaria para a Câmara. A emenda, no entanto, foi inicialmente rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 11.

Tema mais polêmico na sessão de ontem, que se encerrou após as 22h, foi o fim da multa de 10% paga por empregadores ao governo nos casos de demissão sem justa causa

Resultado da votação de vetos pelos parlamentares será anunciado hoje

A SECRETARIA ESPECIAL de Informática do Senado (Prodasen) deve anunciar hoje o resultado da apuração dos votos dados por senadores e deputados a sete projetos de lei vetados pela presidente Dilma Rousseff. A sessão do Congresso para exame dos vetos foi encerrada ontem às 22h04. Uma nova sessão conjunta para exame de vetos está convocada para 15 de outubro, às 19h, no Plenário da Câmara.

Para um veto ser rejeitado, é preciso maioria absoluta tanto na Câmara (257 votos) quanto no Senado (41 votos). A votação é secreta, feita em cédula. Até as 21h50, 455 deputados e 73 senadores já haviam votado no Plenário da Câmara. Logo depois, o presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside a Mesa do Congresso, determinou o lacre das urnas, encaminhadas ao Prodasen para apuração dos votos, com acompanhamento de parlamentares indicados pelos líderes partidários em Plenário.

O tema mais polêmico da sessão foi o veto ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 198/2007 (PLP 200/2012 — Complementar, na Câmara), que



Renan (C) preside sessão do Congresso que exige maioria absoluta de senadores e deputados para rejeição de veto

extingue a multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), paga pelos empregadores ao governo nas demissões sem justa causa.

Para assegurar a manutenção do veto, o governo, que desde a semana passada vinha mantendo entendimentos com a base no Congresso, apresentou projeto para garantir a utilização do dinheiro da multa no financiamento exclusivo do Programa Minha Casa, Minha Vida. O objetivo é bancar a construção de mais de 2 milhões de moradias populares em 2014. O PLP 328/2013 já tramita no Congresso em regime de urgência constitucional.

O governo alega que a extinção da cobrança da multa geraria um impacto de R\$ 3 bilhões, o que afetaria ações de infraestrutura e programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida.

Por sua vez, empresários e representantes da indústria sustentam que a contribuição já cumpriu a função de corrigir o desequilíbrio na correção dos saldos das contas individuais do FGTS. A última parcela das

dívidas geradas com os planos econômicos foi paga em junho de 2012.

A multa rescisória de 10% foi criada em 2001 para cobrir rombos nas contas do FGTS provocados pelos Planos Verão e Collor 1, de combate à inflação, em 1989 e 1990. Além da multa rescisória de 10%, o empregador que demite sem justa causa paga ao empregado indenização equivalente a 40% do saldo do FGTS.

ATITUDE DA CÂMARA ENFRAQUECE O BICAMERALISMO, DIZ RENAN

Renan Calheiros criticou ontem o fato de mais de 30 propostas aprovadas pelo Senado nos últimos meses ainda não terem sido apreciadas pela Câmara.

— Isso enfraquece o bicameralismo. A Casa revisora pode tudo, discutir, emendar, menos engavetar — afirmou, lembrando que projetos enviados ao Senado já foram sancionados. Ele disse que vai tratar do assunto com Henrique Alves, presidente da Câmara.

Agripino exige fim da multa de 10% sobre o FGTS

O senador José Agripino (DEM-RN) chamou a atenção dos parlamentares ontem para a importância da derrubada do veto ao fim da cobrança da multa de 10% sobre o valor do FGTS em demissões não justificadas. Ele argumentou que a presidente Dilma e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, insistem em prorrogar uma medida danosa ao trabalhador e prejudicial à competitividade da economia.

— Se o Brasil, pela sua carga tributária, por sua infraestrutura, é um país incompetitivo, esse fato agrava ainda mais a incompetitividade do empregador — lamentou.

Agripino acusou o governo de usar recursos do FGTS para “tapar o sol com a peneira”, cobrindo desonerações fiscais de determinados setores da economia. Por esse mecanismo, segundo o senador, o governo tira recursos que pertencem ao trabalhador e cria um “rombo” que passa de um ano para o outro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Armando, manutenção de encargo é confisco

Em pronunciamento pela liderança do PTB, Armando Monteiro (PE) defendeu a derrubada do veto, pelo Congresso, à multa adicional de 10% do FGTS. O senador fez um histórico sobre os motivos que levaram à criação da multa, em 2001, visando equacionar impactos negativos causados pelos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor 1.

Armando informou que, no ano passado, a própria Caixa informou ao Conselho Curador do FGTS que “as obrigações e quaisquer resíduos” referentes a desequilíbrios do fundo causados pelos referidos planos “estariam plenamente financiados até julho de 2012”. Ele afirmou que a continuidade da cobrança da multa “tem um caráter claramente confiscatório”.

— É uma oportunidade de o Congresso reafirmar sua posição contrária à manutenção de uma contribuição que se destinou a um objetivo específico já plenamente atendido — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Bauer aponta falsos argumentos do governo

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu ontem em Plenário a derrubada do veto ao fim da multa adicional de 10% sobre o FGTS para empresas que demitem sem justa causa.

Bauer considera falso o argumento, utilizado pelo governo, de que o fim da cobrança tiraria recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O senador disse que demonstrou, com base em dados oficiais do orçamento financeiro do FGTS para o exercício de 2013, que os recursos da multa extra de 10% são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

O senador mostrou reportagens dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Valor Econômico* que também confirmam o uso do dinheiro arrecadado com a multa para cumprir a meta do superávit primário.

— Isso é muito grave. As relações entre o Executivo e o Legislativo deveriam ser pautadas pela transparência e pelo respeito mútuo — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio espera alívio do “peso enorme da carga fiscal”

Em discurso ontem, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) avisou que a bancada do PSDB no Senado tomou a decisão de votar pela derrubada do veto total da presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 198/2007, que extingue a multa rescisória de 10% sobre o saldo do FGTS, paga pelos empregadores nas demissões sem justa causa.

— Nós vamos votar pela abolição desse componente da carga fiscal brasileira. Nós vamos votar pela derrubada do Veto 301, de 2013. Vamos procurar, com esse gesto, aliviar um pouco, das costas do contribuinte brasileiro, o peso enorme da carga fiscal — disse.

Para o senador, é mentiroso o argumento do Poder Executivo de que o fim da multa prejudicaria a continuidade de programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida. A multa, explicou Aloysio, foi criada para cobrir um rombo no FGTS que já não existe mais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia diz que multa é um desrespeito

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a rejeição do veto da presidente Dilma Rousseff a projeto de lei que acaba com a multa adicional sobre o FGTS. O veto foi apreciado ontem à noite pelo Congresso Nacional. Para a senadora, manter o veto seria um desrespeito aos brasileiros.

— O dinheiro vai não para o bolso do trabalhador, o que seria defensável do ponto de vista social, mas para o caixa do governo, onde não sabemos para que finalidade e em que será gasto. É inadmissível que uma multa provisória se torne permanente — criticou a senadora.

Ana Amélia lembrou que a multa prejudica especialmente os empreendedores, que perdem competitividade. Para ela, o governo pratica uma “equivocada política da cortesia com o chapéu alheio” em vez de conceder desonerações tributárias reais, que estimulem a produtividade.



Waldemir Barreto/Agência Senado